

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência



Auditoria Interna da Fundação Oswaldo Cruz

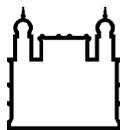
– RAINT 2016 –

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Auditora-Chefe
Silvina da Costa Marques

Presidente da FioCruz
Nísia Trindade Lima

Elaborado em Fevereiro de 2017



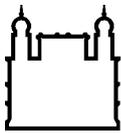
Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	03
I - Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT.....	03
Auditorias de Conformidade.....	03
Auditorias de RH.....	04
Monitoramentos.....	05
Pendências dos órgãos de controle interno e externo	06
Processo de Prestação de Contas Anual da Fiocruz	06
Parecer sobre processos de Tomada de Contas Especial.....	07
Suporte aos órgãos de controle interno e externo.....	07
Consultas das Unidades da Fiocruz.....	08
Pareceres.....	08
Divulgação da legislação – AUDIN COMUNICA	09
Divulgação de Acórdãos do TCU.....	09
Obrigações legais em relação às Entidades de Previdência Privada	10
II - Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos.....	10
III – Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT	11
Auditorias Especiais	11
IV – Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos....	12
V – Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente.....	13
Desenvolvimento de sistema.....	13
Força de Trabalho da Audin.....	13
VI – Descrição das ações de capacitação realizadas.....	14
VII – Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício	14
Outras Atividades	15
Participação em outros eventos.....	16
Considerações finais.....	16



INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna é um órgão seccional da Fiocruz, conforme dispõe o inciso II do artigo 2º do Estatuto da Fiocruz, aprovado pelo Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016. No entanto, de acordo com o Decreto nº 3.591 de 06/09/2000 e a Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº 01, de 06 de abril de 2001, a AUDIN se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

A Auditoria Interna tem como finalidades básicas: *fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal*. O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento, contribuindo para o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito da FIOCRUZ, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão. A racionalização das ações de controle tem por objetivo otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. O apoio ao Sistema de Controle Interno consiste no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento das solicitações específicas.

Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT

Auditorias de Conformidade

Objetivos: verificar o desempenho da gestão, o cumprimento da legislação em vigor e propor ações preventivas/corretivas.

Metodologia: Planejamento dos trabalhos (conhecimento da unidade e/ou dos assuntos que serão focos; indicadores de trabalhos já realizados pela AUDIN e pelos órgãos de controle); estudo e atualização da legislação; definição da amostragem; solicitação de processos e outras informações às Unidades; análise processual na própria Audin; trabalho de campo nas Unidades, utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC nº 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas; elaboração do relatório.

1) Relatório nº 001/2016 – foco em Obras e Serviços de Engenharia

Escopo: Análise de processos referentes a contratos de obras e serviços de engenharia de 05 (cinco) Unidades, com base no método de amostragem não-probabilístico, cuja principal característica é ser baseado na experiência do auditor dando prioridade aos contratos em andamento.

Período: 04/01 a 29/03/2016

2) Relatório nº 004/2016 – Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV

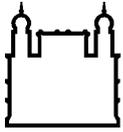
Escopo: Análise da regularidade dos atos administrativos, assim como dos registros dos atos e fatos, em conformidade às práticas contábeis e a legislação aplicável as entidades fechadas de previdência complementar, como força de trabalho, folha de pagamento, acordo coletivo, livro razão, balancetes, atas de reuniões, regulamento interno e inadimplência.

Período: 26/02 a 22/04/2016

3) Relatório nº 005/2016 – foco nos Projetos BIO-001-LIV-002, BIO-001-LIV-003 e BIO-003-LIV-008

Escopo: Análise dos extratos dos projetos e documentos que identifiquem os ingressos de recursos, a amplitude das despesas incorridas no período considerado, além dos documentos e informações disponibilizadas à CGU, à época da realização da Auditoria Anual de Contas do Exercício de 2014. Análise dos extratos de cada um dos projetos.

Período: 24/02 a 05/05/2016



4) Relatório nº 007/2016 – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV

Escopo: Análise de processos e demais atos administrativos relativos aos macroprocessos 20YD e 2000, com o intuito de verificar o desempenho da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade.

Período: 10/05 a 29/08/2016

5) Relatório nº 008/2016 – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - ICICT

Escopo: Análise de processos e demais atos administrativos relativos ao macroprocesso Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia no intuito de examinar a regularidade e avaliar a eficiência da gestão da Unidade, para fornecer informações que permitam o aperfeiçoamento dos controles internos, dos procedimentos e das atividades executadas.

Período: 16/05 a 04/08/2016

6) Relatório nº 013/2016 – Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos - ICTB

Escopo: Análise de processos relativos à execução da ação 2000 – Administração da Unidade, a fim de verificar se as despesas realizadas se coadunam com os objetivos propostos e se as metas previstas foram atingidas, sem inviabilizar a atuação nos demais procedimentos operacionais e de ordem administrativa da Unidade.

Período: 05/07 a 13/09/2016

7) Relatório nº 014/2016 – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP

Escopo: Análise de amostragem de processos dos inventários do almoxarifado referentes aos exercícios de 2014/2015, Relatórios Mensais de Almoxarifado (RMA) referentes a 2014, 2015 e 2016, Notas Fiscais de Entrada, de Fornecimento de Material de Consumo, de Entrada de Material de Consumo e Relatórios de Movimentação de Materiais.

Período: 01/08 a 14/12/2016

8) Relatório nº 015/2016 – Diretoria Regional de Brasília - DIREB

Escopo: Análise de processos relativos à execução da ação 2000 – Administração da Unidade, a fim de verificar se as despesas realizadas se coadunam com os objetivos propostos e se as metas previstas foram atingidas, sem inviabilizar a atuação nos demais procedimentos operacionais e de ordem administrativa da Unidade.

Período: 04/10 a 19/12/2016

Auditorias de RH

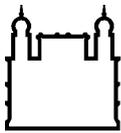
Objetivos: verificar o cumprimento da legislação em vigor, na área de pessoal, e propor ações preventivas/corretivas.

Metodologia: Planejamento da auditoria e verificação das situações específicas utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas.

1) Relatório nº 002/2016 – Atos de Aposentadorias e Pensões

Escopo: Verificação da consistência dos atos de aposentadorias e pensões praticados pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - Cogepe.

Período: 04/01 a 30/03/2016

**2) Relatório nº 006/2016 – Atos relacionados à Ajuda de Custo e Licença para Acompanhamento de Cônjuge**

Escopo: Verificação da consistência dos atos de concessão de ajuda de custos e licenças para acompanhamento de cônjuge, emitidos pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – Cogepe.

Período: 25/02 a 25/05/2016

3) Relatório nº 012/2016 – Foco na Concessão de Titulação de Mestrado e Doutorado e Afastamento para realização da capacitação Stricto Sensu

Escopo: Verificação da consistência dos atos praticados na concessão de titulação de Mestrado e doutorado e dos afastamentos para capacitação.

Período: 15/08 a 05/10/2016

4) Relatório nº 017/2016 – Folha de Pagamento - exercício de 2016.

Escopo: Testar a consistência dos atos da folha de pagamento por amostragem, a fim de verificar a aderência dos registros realizados pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – Cogepe à legislação e normas específicas referentes aos vencimentos, vantagem pessoal - VP, rubricas judiciais e os demais lançamentos que compõem a remuneração dos servidores constantes da folha de pagamento.

Período: 10/10 a 02/12/2016

5) Relatório nº 018/2016 – Foco na Concessão de Horário Especial para Estudante, Auxílio Funeral e Auxílio Moradia ocorridos na Fiocruz nos exercícios de 2013 a 2015.

Escopo: Avaliação dos procedimentos praticados nos atos de Concessão de Horário Especial para Estudante, concessão de Auxílio Funeral e de Auxílio Moradia, realizados pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – Cogepe, nos exercícios de 2013 a 2015, a fim de verificar se os procedimentos adotados estão de acordo com as normas e parâmetros estabelecidos pela legislação, e em conformidade com as orientações proferidas pelo Tribunal de Contas da União.

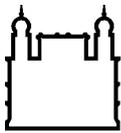
Período: 01/11 a 10/11/2016.

O quadro a seguir discrimina o quantitativo da amostragem nos processos de trabalho de RH e a quantidade de apontamentos que estão consignados nos respectivos relatórios de auditoria:

PROCESSO DE TRABALHO EM RH	AMOSTRAGEM	QTDE APONTAMENTOS
Aposentadorias	66 processos	20
Pensões	26 processos	04
Acompanhamento de Cônjuge	16 processos	11
Ajuda de Custo	14 processos	06
Adicional de Titulação	183 processos	140
Auxílio Funeral	59 processos	02
Auxílio Moradia	01 processos	01
Horário Especial Estudante	10 processos	-
Folha de Pagamento	383 servidores	21

Monitoramentos

Objetivo: acompanhar a implementação das recomendações expedidas pela auditoria interna e dos órgãos de controle interno e externo.



Metodologia: planejamento da auditoria e verificação da implementação das recomendações contidas nos relatórios de conformidade que tenham direcionamento ao procedimento de monitoramento posterior utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas.

1) Relatório nº 009/2016 – Contratos de terceirização de apoio administrativo e operacional

Escopo: Verificação do atendimento dos apontamentos pendentes no Relatório de Auditoria de Conformidade nº 002/2015.

2) Relatório nº 010/2016 – Bio-Manguinhos

Escopo: Verificação do atendimento dos apontamentos pendentes no Relatório de Auditoria de Conformidade nº 001/2015 realizado em Bio-Manguinhos.

3) Relatório nº 011/2016 – ENSP

Escopo: Verificação do atendimento dos apontamentos pendentes no Relatório de Auditoria de Conformidade nº 006/2015 realizado na ENSP.

4) Relatório nº 019/2016 – Contrato celebrado com a empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A

Escopo: Verificação do atendimento dos apontamentos pendentes no Relatório de Auditoria Especial nº 003/2016.

Com o trabalho de monitoramento das situações pendentes nos relatórios elaborados pela Auditoria Interna **foi possível sanar somente 27,27%** das pendências relacionadas nos processos de auditorias de conformidade, no entanto ainda ficaram com status de parcialmente atendidas 51,51% das recomendações e, como não atendidas, 21,21 %.

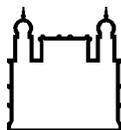
Pendências dos órgãos de controle interno e externo

A Controladoria Geral da União instituiu o sistema Monitor que tem por objetivo monitorar as pendências dos relatórios de auditoria da própria CGU. No exercício de 2016 realizamos o monitoramento das situações com solicitação de informações e esclarecimento às Unidades e posterior inserção das respostas no próprio sistema Monitor. Até a conclusão deste relatório a CGU ainda não havia se posicionado sobre as respostas inseridas no sistema.

Quanto ao TCU as pendências são monitoradas de acordo com as demandas daquela Corte de Contas e/ou quando está determinado em Acórdãos que se realize o trabalho de monitoramento de situações avaliadas ou julgadas pelo TCU, a exemplo da recomendação contida no Acórdão 1.405/2016 – Plenário para que esta Audin realize verificação dos procedimentos em todos os pregões eletrônicos realizados por profissionais da ENSP, cujo trabalho foi considerado como especial e está demonstrado no item III deste relatório.

Processo de Prestação de Contas Anual da Fiocruz

Cumprindo atribuição estabelecida no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591 de 06/09/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304 de 16/07/2002, a Auditoria Interna apresentou Parecer que integrou o Relatório de Gestão da Fiocruz, tendo em vista que a Fiocruz não constava da relação de Instituições obrigadas a apresentação da Prestação de Contas Anual relativo ao exercício de 2015. O citado parecer foi elaborado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa TCU 63/2010, Decisões Normativas TCU 146/2015, Portaria TCU 321/2015 e Portaria CGU 500/2016. Esta atividade envolve a leitura da legislação, participação nas reuniões que antecedem o trabalho e elaboração dos itens de responsabilidade da AUDIN.



Parecer sobre processos de Tomada de Contas Especial

Em 2016, a Auditoria Interna emitiu o Parecer nº 002 sobre o Processo de Tomada de Contas Especial nº 25380.001575/2015-38, referente a não entrega de material importado pela empresa United States Pharmacopeial Convention – USP, encaminhado à Auditoria Interna para verificação dos procedimentos, em conformidade com o artigo 15 do Decreto 3.591 de 06/09/2000 e consignado no item 6.6 do Manual de Tomada de Contas Especial emitido pela SFC/CGU-PR, em abril/2013.

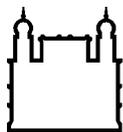
Após análise e emissão das observações/recomendações julgadas pertinentes ao processo, o referido Parecer foi encaminhado à Diretoria de Administração – DIRAD para conhecimento e atendimento às recomendações para posterior envio a CGU/RJ.

Suporte aos órgãos de controle interno e externo

Objetivo: prestar suporte às equipes dos órgãos de controle interno e externo durante as auditorias, diligências e/ou fiscalizações realizadas na Fiocruz.

Metodologia: divulgar as solicitações junto às Unidades; receber as respostas, processos e demais documentos, analisar preliminarmente as respostas; fornecer informações solicitadas; atuar como elo entre a equipe de auditores e as Unidades da FIOCRUZ.

ÓRGÃO	TIPO DE AUDITORIA
PF/Fiocruz	Denúncia sobre resíduos de saúde irregularmente depositados na cidade de Caldas/MG. (04/01 a 07/01/2016)
CRG	Processo 00190.501615/2013-91 – Laboratório Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda. (18/01 a 12/02/2016)
CRG	Processo 00190.502092/2012-10 – Sindicância Rufollo. (09 a 29/03/2016)
CRG	Utilização do Sistema CGU-PAD. (19/04 a 13/05/2016)
TCU	Levantamento de Governança de TI. (28/04 a 24/05/2016)
TCU	Fiscalização Sistema de Controle de Ponto Eletrônico – IFF e INI. (05/05 a 18/05/2016)
PF/Fiocruz	Denúncia sobre o não comparecimento de Procuradores Federais em audiências. (03/05 a 09/05/2016)
PF/Fiocruz	Suspensão de pagamento de taxa de administração à FIOTEC. (16/05 a 15/06/2016)
CGU	Sistema Eletrônico ALICE. (08 a 15/06/2016)
MPF	Processo de Sindicância – Rufollo. (15 a 27/06/2016)
CRG	Processo Administrativo Disciplinar – Fatos Apontados no Relatório de Auditoria Especial SFC/CGU-PR 00190.501463/2012-46. (23/06 a 17/08/2016)
CGU	Auditoria de Acompanhamento . (04 a 29/07/2016)
TCU	Levantamento Governança e Gestão de Pessoas 2016. (07/07 a 01/08/2016)
CRG	Processo Administrativo Disciplinar em virtude de Abandono de Cargo/Inassiduidade Habitual da servidora portadora do CPF ***.867.037-**. (08 a 18/07/2016)
CRG	Processos Administrativos Disciplinares – 25380.000441/2016-81 e 25351.350358/2012-71 – Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. (01/08 a 17/08/2016)
SUS/Bahia	Participação de servidores em eventos. (10/08 a 25/08/2016)
TCU	Levantamento TIC. (05/09 a 30/11/2016)
TCU	TCE – Aquisição da matéria prima Indinavir. (06 a 26/09/2016)
TCU	Auditoria de Fiscalização no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV. (12 a 30/09/2016)



ÓRGÃO	TIPO DE AUDITORIA
TCU	Trabalho de Fiscalização, do tipo de Acompanhamento, na Folha de Pagamento. (13/10/2016 a 03/02/2017)
SUS/Bahia	Informações sobre curso de Doutorado – Rosane Maria Magalhães Martins Will. (27/10 a 25/11/2016)
CGU	Auditoria de Acompanhamento da Gestão em Unidades do Ministério da Saúde – frequência de servidora. (16 e 17/11/2016)
TCU	Tomada de Contas Especial – Aquisição da matéria prima Indinavir. (25 a 30/11/2016)
TCU	Acordo de Cooperação Técnica para Transferência de Tecnologia – Consórcio BMK. (08 a 12/12/2016)
TCU	Pedido de Reexame de pensão civil de Pedro Henrique Domingos Juliani. (30/03 a 19/04/2016)
TCU	Pedido de Reexame de pensão civil de Rickson Kehr Silva Henriques. (30/03 a 19/04/2016)
MPF	Informação sobre o Centro de Desenvolvidos em Saúde – CDS. (20/06 a 23/06/2016)

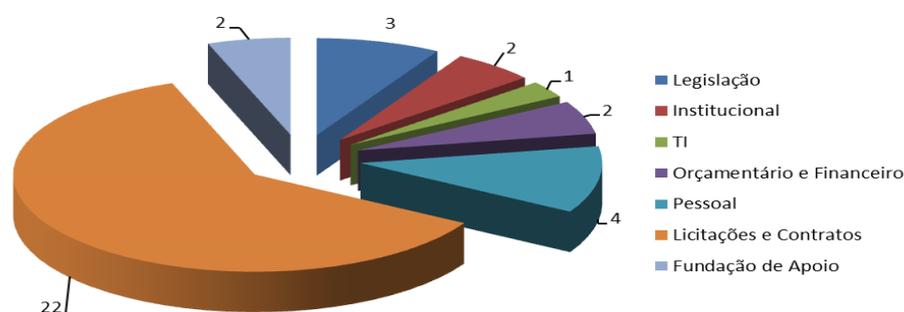
Consultas das Unidades da Fiocruz

Objetivo: Dirimir dúvidas encaminhadas a AUDIN por e-mail e/ou por documentos, no sentido de fortalecer a padronização dos procedimentos, no âmbito da Instituição.

Metodologia: Realizar levantamento e analisar toda a legislação inerente ao tema da consulta; elaborar resposta e encaminhar à Unidade interessada.

Foram respondidas 36 consultas, emitidas pelas diversas áreas administrativas das Unidades, sendo que no gráfico abaixo é demonstrado o quantitativo de consultas, por tema, sendo observado que há uma maior concentração nos procedimentos de Licitação e Contratos (61%), vindo, em seguida, as questões referentes a Pessoal (11%), Legislação (8,3%) e Fundação de Apoio (5%).

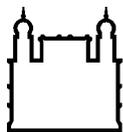
Não estão computadas neste quantitativo de consultas aquelas realizadas diretamente à equipe por via telefônica.



Pareceres

Em 2016, foram elaborados pareceres técnicos a partir de consultas feitas pelas Unidades, conforme detalhamento a seguir:

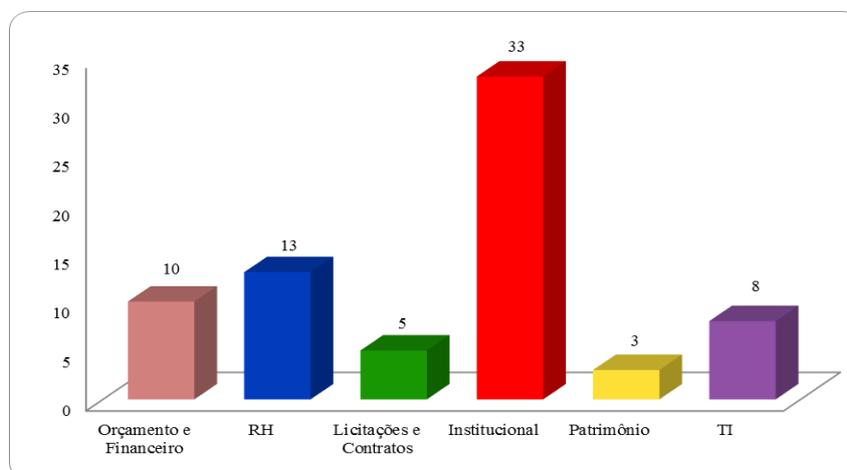
DATA	PARECER	ASSUNTO	DIVULGAÇÃO
15/02	001	Complementação ao Parecer nº 005/2011- Audin, relacionado ao Pagamento de ajuda de custo a estudantes	Diretores de Unidades da Fiocruz



DATA	PARECER	ASSUNTO	DIVULGAÇÃO
11/03	002	Processo nº 25380.001575/2015-38 - Tomada de Contas Especial – The United States Pharmacopeial Convention - USP	DIRAD
08/07	003	Procedimentos a serem adotados nas alterações contratuais das obras e dos serviços de engenharia.	Diretores de Unidades da Fiocruz
16/09	004	Reconhecimento de Dívida - (substituição ao Parecer 03/2009)	Diretores de Unidades da Fiocruz

Divulgação de legislação – AUDIN COMUNICA

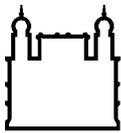
A partir do trabalho de leitura diária do Diário Oficial da União na Internet, a Auditoria Interna divulgou, no âmbito da Fiocruz, 72 legislações que trataram de assuntos pertinentes ao trabalho dos administradores e gestores da Instituição. O gráfico abaixo demonstra a divulgação pelos diversos assuntos de interesse da gestão.



Divulgação de Acórdãos do TCU

Durante o exercício de 2016, divulgamos, através de memorandos, inclusive circulares, as determinações do Tribunal de Contas da União direcionadas à Fiocruz por intermédio de Acórdãos, conforme tabela abaixo, solicitando que os gestores atentassem para as determinações e/ou orientações e promovessem ampla divulgação dentro de cada Unidade.

DATA	ASSUNTO
12/01	Acórdão 3395/2015 – Pregão Presencial PGP 079/2013 (PRESIDENCIA E DIRAC)
17/02	Acórdão 88/2016 – Convênio 27/1998 – Farmanguinhos X Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba.
24/02	Acórdão 195/2016 – Pregão Eletrônico 205/2015 – BIO
15/03	Acórdão 278/2016 – Auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a gestão dos recursos federais em entidades que atuam na produção e distribuição de vacinas e soros situadas na Região Sudeste - BIO
15/03	Acórdão 400/2016 – Pregão Eletrônico 01/2016 – DIRAC
15/03	Acórdão 332/2016 – Pregão Eletrônico 04/2015 – EPSJV



DATA	ASSUNTO
15/03	Acórdão 158/2016 – Pregão Eletrônico 18/2014 – COC
29/03	Acórdão 592/2016 – Pregão Eletrônico 205/2015 – BIO
28/04	Acórdão 953/2016 – Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), relativo ao questionários de Levantamento de Governança da Aquisições – DIRAD, DIRAC, DIREH e AUDIN
04/05	Acórdão 2523/2016 – Tomada de Contas Especial CNPq - ENSP
20/05	Acórdão 1247/2016 – Relatório de Auditoria nas Obras do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento localizado no Município de Euzébio/CE - PRESIDÊNCIA
09/06	Acórdão 1405/2016 – Pregão SRP 06/2015 – ENSP
04/07	Acórdão 3916/2016 – Representação sobre irregularidades praticadas pelo ILMD
22/07	Acórdão 1789/2016 – Pregão Eletrônico 06/2016 – IFF
02/08	Acórdão 1762/2016 – Cumprimento de determinação do Acórdão 592/2016 relativo ao Pregão 205/2015 - BIO
19/09	Acórdão 5167/2016 – Retificação do Acórdão 3916/2016 (Irregularidades praticadas pelo ILMD)
04/10	Acórdão 2317/2016 – Pregão Eletrônico 34/2016 – FAR
04/10	Acórdão 5591/2016 – Quitação à servidora indicada na Tomada de Contas Especial CNPq - ENSP
04/10	Acórdão 2460/2016 – Agravo em Pedido de Reexame sobre o Acórdão 1247/2016 relativo a Auditoria nos contratos de obras do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos localizada no Município de Euzébio/CE - PRESIDÊNCIA
14/12	Acórdão 3081/2016 – Pregão Eletrônico SRP 22/2016 – DIRAD
14/12	Acórdão 3178/2016 – Pedidos de reexame interpostos contra o acórdão 1405/2016 – Plenário que julgou a representação contra o Pregão SRP 06/2015 – ENSP
21/12	Acórdão 6355/2016 – Retificação do Formulário de Admissão/SISAC/TCU-Ato 10487204-01-2011-000043-0 - DIREH
27/12	Acórdão 3130/2016 – Pregão Eletrônico/SRP nº 287/2016 -BIO

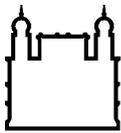
Também foram encaminhados a DIREH memorandos contendo as determinações acerca de 11 atos de admissão, 02 atos de pensão civil, para ciência e cumprimento dos procedimentos a serem adotados.

Obrigações legais em relação às Entidades de Previdência Privada

A auditoria no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – Fioprev com referência ao ano de 2015 foi realizada em uma única etapa como previsto no PAINT, no período de 26/02/2016 a 22/04/2016, e teve por objetivo examinar, de acordo com a legislação vigente, a regularidade dos atos administrativos, assim como analisar os registros dos atos e fatos, em conformidade as práticas contábeis e a legislação aplicável as entidades fechadas de previdência privada complementar.

II - Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes

Nos trabalhos realizados em 2016, examinamos os controles internos administrativos das Unidades que fizeram parte do PAINT, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na



área de auditoria. Após a constatação de falhas foram prestadas orientações/esclarecimentos para as equipes nas Unidades, tanto em reuniões como nos próprios relatórios de auditoria.

Foram constatadas falhas em controles internos relativos à guarda e controle de estoque para os quais foram prestadas recomendações em relatórios específicos. Também foram constatados apontamentos relativos a não observância das leis e normativos que regem a fiscalização de contratos de obras e/ou serviços de engenharia para os quais também foram emitidas recomendações/orientações.

Outras fragilidades constatadas durante os trabalhos de auditoria com relação à eficiência e eficácia dos controles internos foram:

- Fragilidade em planejamento em processos de contratação de obras e/ou serviços de Engenharia;
- Deficiência no treinamento e capacitação dos profissionais envolvidos nas etapas/procedimentos de licitação em obras e/ou serviços de Engenharia;
- Falhas no texto do Manual de Contratação;
- Fragilidades na vinculação das despesas de projetos com fundação de apoio.
- Aumento significativo das despesas administrativas no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV ao longo dos últimos anos;
- Descumprimento dos prazos referente a confecção dos Registros no SISAC;
- Ausência de fundamentação de interesse público amparando a remoção de *ofício* dos servidores recém-empossados;
- Concessão de processos de ajuda de custo fora dos parâmetros previstos na legislação;
- Falta de controle sobre a situação laboral e civil dos servidores nos processos de Licença por Motivo de Afastamento de Cônjuge ou Companheiro;
- Afastamento de servidores da Instituição para capacitação, sem a devida regulamentação legal, com a anuência da administração.

III – Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados

Auditorias Especiais

Objetivo: Verificar situações específicas demandadas pelos órgãos de controle interno e externo e/ou pela própria Instituição (Unidades) desde que autorizadas pelo dirigente máximo.

Metodologia: Planejamento da auditoria e verificação das situações específicas utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas.

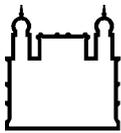
1) Relatório nº 003/2016 – Foco no contrato da empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.

Motivação: Por solicitação da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional/VPDI, em virtude das determinações contidas no Decreto nº 8.540/2015, o qual estabelece no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

Escopo: Análise do Processo nº 25380.001092/2015-33, referente ao Pregão Eletrônico 043/2015.

Período: 22/01 a 03/03/2016

Resultado: Identificação de pagamentos mensais indevidos nos três primeiros meses do contrato e, por consequência, abatimento da quantia de R\$ 1.341.320,20, nas faturas dos meses de setembro e outubro de 2016.



2) Relatório nº 015/2016 – Instituto Leonidas e Maria Deane

Motivação: denúncia anônima quanto a possíveis irregularidades que abrangem diferentes aspectos da gestão daquele Instituto e também em cumprimento a recomendação expressa no item 2 do Acórdão TCU nº 3916/2016.

Escopo: Análise das concessões de diárias e passagens a servidores mencionados na denúncia, análise do processo de aquisição de veículo e avaliação dos procedimentos de posse de candidatos aprovados por concurso público.

Período: 14/09 a 04/11/2016

Resultado: Foi identificado pagamento a servidor em viagens concomitantes, cujo assunto foi tratado pela equipe na Solicitação de Auditoria nº 02/15-2016. Pela ausência de manifestação a equipe recomendou no relatório que o servidor procedesse a devolução da viagem não realizada. O relatório foi encerrado em 04/11/2016 e o comprovante de ressarcimento à Fiotec ocorreu em 05/11/2016 (o valor principal) e 19/12/2016 (a correção monetária); Essa informação nos foi apresentada pelo servidor beneficiário da diária, quando do envio da resposta ao relatório pelo gestor principal da Unidade em conjunto com a troca de e-mails entre o servidor beneficiário e a Fiotec.

2) Também foi identificada a ocorrência de Irregularidade em processo de dispensa de licitação em virtude da ausência da análise prévia da Procuradoria Federal, sendo reconhecido pelo gestor da unidade auditada a pertinência dos apontamentos, justificada inicialmente pela distância da localização (Amazonas) e pela proximidade do encerramento do exercício, o que poderia impedir a utilização dos recursos disponíveis para tal fim. Pela análise processual, a equipe de auditoria entendeu que o fato não causou prejuízo ao erário visto que outros procedimentos visando a aquisição do bem não tiveram êxito. Além disso o gestor da Unidade auditada, em sua resposta, informou que adotará maior controle e eficiência das ações com recursos públicos, inclusive adotará medidas adicionais e extensivas a rotina atual daquele Instituto.

3) Relatório nº 020/2016 – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP

Motivação: Atender solicitação do Tribunal de Contas da União acerca de Representação encaminhada pela empresa Upgrade Eventos Corporativos Ltda – EPP sobre irregularidades praticadas na condução do Pregão Eletrônico SRP nº 06/2015 – ENSP para a contratação de Empresa especializada no serviço de viabilização de eventos, pelo Sistema de Registro de Preço.

Escopo: Análise de 103 processos de pregão eletrônico, incluindo os realizados pelo Sistema de Registro de Preços no período de 2013/2016.

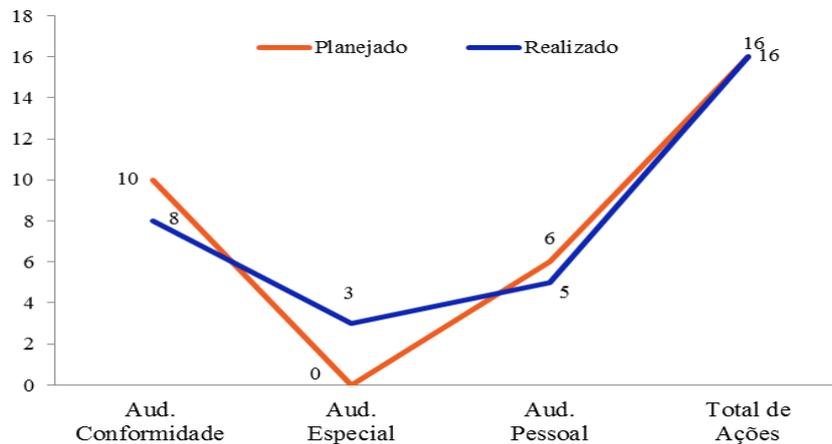
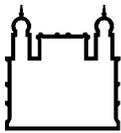
Período: 13/09 a 15/12/2016

Resultado: Foram identificadas nos processos analisados as mesmas ocorrências apresentadas pela Corte de Contas em seu Acórdão nº 1.405/2016.

IV - Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão

Em virtude da realização de 03 (três) auditorias especiais e da cessão para o TRE – Mangaratiba do servidor Marcelo Espírito Santo, o que comprometeu nosso quadro de servidores, não foi possível a realização das auditorias programadas nas Unidades de Farmanguinhos e no Instituto Oswaldo Cruz – IOC, planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2016.

Elaboramos um gráfico demonstrando o quantitativo de auditorias realizadas durante o exercício de 2016, em relação ao previsto no PAINT. É importante acrescentar que as auditorias especiais não estão previstas no PAINT.



V - Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias

Desenvolvimento de Sistema

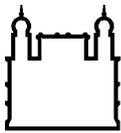
No final de 2016 e início de 2017 houve avanços consideráveis quanto ao desenvolvimento do sistema de auditoria a ser utilizado pela Audin. As discussões se encontram no nível dos procedimentos referentes à execução das auditorias, tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, procedimentos e conceitos relacionados aos *checklists* e demais papéis de trabalho de auditoria. Também foi iniciada a modelagem dos protótipos de telas para o cadastro dos *checklists*. A conclusão do sistema está prevista para 2020.

Força de Trabalho da Audin

Nos últimos anos a Auditoria Interna vem passando por vários problemas com relação a estrutura de pessoal, agravando-se ainda mais em 2016.

Na ocasião da elaboração do PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2017 encaminhamos um resumo das condições de pessoal da AUDIN anexando cópia do Memorando AUDIN 201/2016 que foi encaminhado à Presidência da Fiocruz em 09/09/2016 com o relato de toda situação. Desde o envio deste memorando até a conclusão deste relatório a situação de pessoal da Audin é a seguinte:

- Auditora-Chefe com saída definitiva para 2017;
- **Na Coordenação de Auditoria:**
 - Coordenador de Auditoria e profissional com maior experiência em realização de auditorias, Ronaldo Madeira d’Aguila, está com aposentadoria prevista para 2018;
 - O servidor Marcelo do Espírito Santo encontra-se requisitado ao TRE/RJ até novembro/2017 e que não retornará a esta Audin pelas constantes requisições para disponibilidade ao TRE, além disso esse servidor já terá requisitos para sua aposentadoria em 2018;
 - O servidor Fabricio Ferreira, inserido na equipe em setembro/2015 após tomar posse na Unidade da Fiocruz em Belo Horizonte está solicitando seu retorno ao órgão anterior, por vacância, ainda em 2017, visto que não se adaptou ao Estado do Rio de Janeiro;
 - O servidor William Keller está com aposentadoria prevista para abril/2017, em virtude do projeto de reforma da previdencia dos servidores públicos ;



- O servidor aposentado Dagoberto Araujo está atuando na Audin, com vínculo de bolsista da Fiotec, que apesar da grande experiência do profissional não pode ser responsabilizado por atividades essenciais da área;
 - A profissional terceirizada Maria de Fátima da Silva, que estava com sérios problemas de saúde, faleceu em novembro/2016 e sua vaga ainda não foi suprida, embora já solicitada para seleção da empresa contratada para os serviços de apoio administrativo;
 - O profissional terceirizado Jurandyr da Rosa Filho tem a expectativa de aposentadoria para 2017 em decorrência do projeto de reforma da previdência social;
- **Na Área de Ações de Auditoria em RH:**
 - Os dois servidores da área, Julio Campos e Rafael Senise, encontram-se com aposentadorias previstas para 2018.

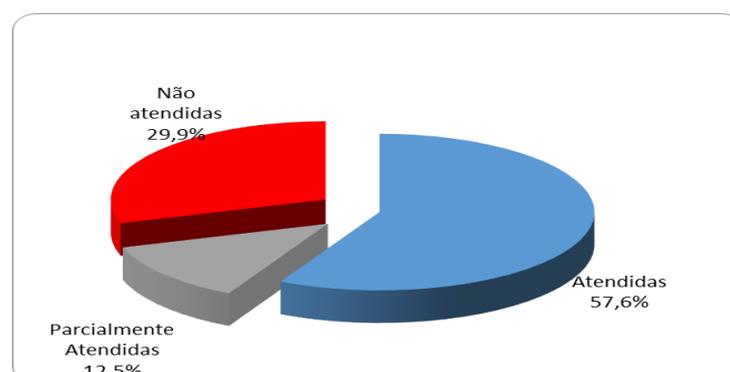
VI - Descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados

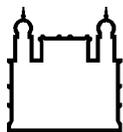
CURSO	Nº SERVIDORES	CARGA HORÁRIA
Processo Administrativo Federal	01	120
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas	01	278
Contratação e Fiscalização de Obras Públicas	04	32
Aspectos Polêmicos sobre aditivos em contrato de Obras Públicas	06	96
TCE – Tomada de Contas Especial	01	08
Formação de Auditores Internos (Controles Internos)" bem como a Palestra "PROFIP – Programa de Fomento à Integridade Pública	02	32
Controle Interno e Análise de Risco na Gestão de Processos	02	32
	TOTAL	598

Os temas dos cursos tiveram relação com os trabalhos realizados pela AUDIN quanto a fiscalização de contratos de obras, procedimentos de TCE, formação de auditores internos, controle interno e análise de risco na gestão de processos.

VII - Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAIN, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor

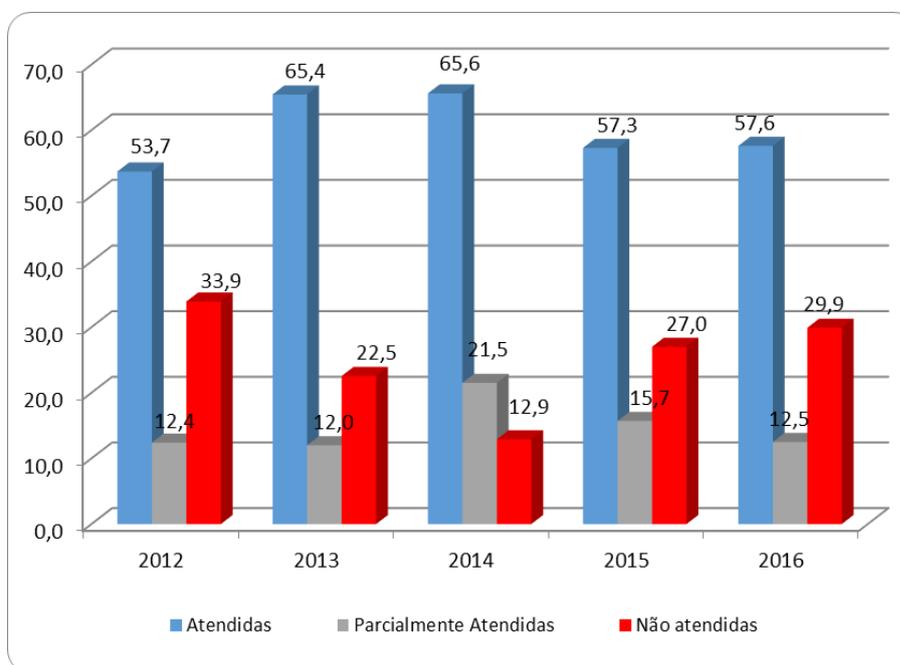
Elaboramos uma síntese das recomendações de maior relevância extraídas dos relatórios de auditoria de conformidade, especial e RH, divididas em 03 grupos: **atendidas, parcialmente atendidas e não atendidas.**





Registramos que dentre as 184 recomendações existem 12 que serão objeto de trabalho de monitoramento pela AGI em 2017 e estão distribuídas no quantitativo de Não Atendidas e Parcialmente Atendidas.

Demonstramos a evolução do tratamento das recomendações a partir das respostas dos gestores das áreas auditadas:

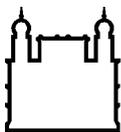


OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Diretoria Executiva, Câmara Técnica de Gestão e Conselho Deliberativo

A titular da Auditoria Interna participou de vários fóruns institucionais, conforme descrito a seguir:

- **Diretoria Executiva:** participam os titulares da Diretoria de Administração, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Administração do Campus, Diretoria de Planejamento Estratégico, da Procuradoria Federal da Fiocruz, da Coordenação de Qualidade e da Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI), sob a coordenação do Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional. É uma instância corporativa do modelo de gestão estratégica da Fiocruz que tem o objetivo de promover a inovação na gestão e fortalecer o desenvolvimento institucional.
- **Câmara Técnica de Gestão:** instituída pela Portaria da Presidência nº 343/2010 e atualizada pela Portaria 1.309/2014, como instância consultiva do Conselho Deliberativo da Fiocruz, tendo como objetivo assessorar a Presidência e o citado Conselho no âmbito da governança institucional, com foco na inovação e no aprimoramento de estratégias políticas e projetos. Participam deste fórum o Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, os Vice-Diretores de Gestão das Unidades Técnico-Científicas, Diretores das Unidades Técnico-Administrativas, Coordenadores da Qualidade e da Tecnologia da Informação, um representante de



cada Vice-Presidência, Gabinete, Auditoria Interna e Procuradoria Federal; Coordenadores dos Escritórios Técnicos da Fiocruz nos Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia e os assessores da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional.

Em 2016 a Auditoria Interna fez duas apresentações na Câmara Técnica de Gestão com os seguintes temas: "Pendências da gestão com os órgãos de controle interno e externo – CGU e TCU"; "Avaliação das contas da Fiocruz – exercício de 2014".

- **Conselho Deliberativo da Fiocruz:** reunião periódica com todos os dirigentes das Unidades técnicas administrativas e científicas presidida pelo Presidente da Fiocruz. Em 2016 a Auditoria Interna realizou uma apresentação sobre "Apontamentos e Providências CGU e TCU".

Participação em outros eventos

Participação na 1ª Reunião do Comitê Gestor do Programa de Gestão da Qualidade Fiocruz, realizada no dia 27/07/2016, e no Grupo de Trabalho referente à IN CGU/MPOG nº 01/2016 – Controles Internos.

VIII - Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício

Constatamos os seguintes benefícios decorrentes da atuação das auditorias realizadas:

- Glosa de valores pagos indevidamente em contratos com empresas de manutenção e terceirização no valor total de R\$ 1.936.773,96;
- Melhoria na gestão de recursos em Unidades que apresentaram problemas em auditorias anteriores;
- Redução significativa nas inconsistências nos lançamentos de rubricas realizados na folha de pagamento;
- Nível satisfatório no controle das atividades de Concessão de Horário Especial para Estudante e Auxílio Funeral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

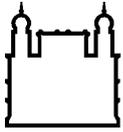
Nos últimos anos a Auditoria Interna vem passando por vários problemas com relação a estrutura de pessoal, agravando-se ainda mais em 2016.

Na ocasião da elaboração do PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna encaminhamos um resumo das condições de pessoal da AUDIN anexando cópia do Memorando AUDIN 201/2016 que foi encaminhado à Presidência da Fiocruz em 09/09/2016 com o relato de toda situação.

O cenário atual e futuro da Auditoria Interna é crítico e preocupante. O cumprimento do PAINT/2017 não está assegurado podendo ser muito reduzido se nenhuma providência for adotada principalmente na Coordenação de Ações de Auditoria que é a área que realiza auditorias de conformidade nos órgãos específicos singulares da FIOCRUZ, denominação atual das ex-Unidades da Fiocruz de acordo o Estatuto aprovado pelo Decreto 8.932 de 14/12/2016.

Estamos iniciando uma nova gestão na Fiocruz, por processo eleitoral encerrado em dezembro de 2016, sendo que esta Audin rerepresentará para a nova presidente a situação desta Auditoria Interna na expectativa de ações que resolvam a precariedade da Auditoria com relação a recomposição da força de trabalho por servidores, em substituição aqueles que estão se aposentando no corrente exercício.

Em razão do exposto, pela nova Instrução Normativa nº 24/2015 - CGU algumas novas ações nela determinadas não puderam ser implementadas em 2016, por força do reduzido contingente de pessoal, a exemplo do relatório mensal para ser submetido ao conhecimento



da alta administração contendo informações gerenciais sobre as recomendações expedidas pela Audin e pelos órgãos de controle interno e externo. Na verdade a Alta Administração vem sendo cientificada de cada resultado em nível descritivo ou seja, com o relatório de auditoria e também de forma sintetizado por um quadro-resumo que demonstra as constatações, as recomendações, as justificativas do gestor e a conclusão da equipe, inclusive, as recomendações não atendidas são destacadas para dar maior visibilidade ao Dirigente Máximo da Instituição. A adequação da Audin à citada norma, sem prejuízo das atividades regimentais desta Auditoria Interna somente será possível quando novos servidores se inserirem à equipe.

Este relatório, inicialmente entregue a CGU em 23/02/2016, por email, **ora retificado**, foi elaborado de acordo com o estabelecido na IN CGU 24/2015 de 17/11/2015.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

SILVINA DA COSTA MARQUES
Auditora-Chefe

Aprovo em ____ / ____ / ____

Nísia Trindade Lima
Presidente da Fiocruz